

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 541/2018-PGJ, DE 6.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva 3 (três) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 1995/1996, a serem usufruídos a partir de 26.3.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 537/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 485/2018-PGJ, de 1º.2.2018, que designou o Promotor de Justiça Substituto Felipe Almeida Marques para atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, de forma que, onde consta: “para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, a partir de 1º.3.2018, até ulterior deliberação”; passe a constar: “para atuar perante a Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia, a partir de 1º.3.2018, até ulterior deliberação”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 538/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 20 a 31 de dezembro de 2003, a serem usufruídos nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 540/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 10 (dez) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2007 a 6 de janeiro de 2008, a serem usufruídos no período de 21 de fevereiro a 2 de março de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 542/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Amaral Cavalcante 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos a partir de 15.2.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 543/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Matheus Macedo Cartapatti	5.3, 19, 20, 21 e 22.6.2014	5, 6, 7, 8 e 9.2.2018
Radamés de Almeida Domingos	23 e 24.8.2014	15 e 16.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 545/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi 8 (oito) dias de licença por luto, a partir de 27.1.2018, em razão do falecimento de sua irmã, nos termos do artigo 156 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e, suspender, a partir de 27.1.2018, as férias remanescentes, concedidas por meio da Portaria nº 4320/2017, de 14.12.2017, que serão usufruídas em data oportuna.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 546/2018-PGJ, DE 6.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 15 (quinze) dias de licença-paternidade, a partir de 1º.2.2018, e 5 (cinco) dias, em prorrogação, nos termos do inciso VI do artigo 139, e do artigo 154, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 153, de 6.7.2011, e da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 518/2018-PGJ, DE 5.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 1º.2.2018, as servidoras Regina Maria Correa Feitosa, Jerônima Alcântara de Mattos Silva e Sandra Quadros Paim Rolim, ocupantes do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços no Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 535/2018-PGJ, DE 5.2.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 06/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Bruno Zanatto Macedo, Analista/Engenharia Elétrica; 2.1) Suplente – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica (Processo PGJ/10/0081/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 481/2018-PGJ, DE 1º.2.2018**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Marta Josefa da Silva Matos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de divórcio em 31.10.2017, de modo que passe a constar Marta Josefa da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 520/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael Assef Vieira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça de Corumbá, no período de 24.1 a 9.2.2018, em razão de férias do servidor *Felipe de Lima Figueiredo*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 521/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Alex Yukio Toma, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte, no dia 2.2.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, *Polliany Martins Lopes Freitas*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 522/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Marco Aurelio de Sá Baptista, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Contabilidade, símbolo MPDS-104, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Finanças e Planejamento, nos dias 2 e 9.2.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e participação em curso da titular, *Elisa Mari Kihara Zaha*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 523/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de Tecnologia da Informação, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Governança de TI, no dia 2.2.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, *Sabrina Lopes Baes*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 524/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Letícia Sousa Gonçalves, de forma que, onde consta: 2º Período – 5 a 14.11.2018, passe a constar: 2º Período – 21 a 30.5.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 525/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que:

Onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Phelipe Alves de Oliveira	2017/2018	2 a 11.5.2018	18 a 27.7.2018		23.5 a 1º.6.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Phelipe Alves de Oliveira	2017/2018	18 a 27.7.2018	28.8 a 6.9.2018		23.5 a 1º.6.2018

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 526/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, com a redação dada pela Portaria nº 148/2018-PGJ, de 15.1.2018, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Gláuce Jardi Bezerra, de forma que, onde consta: 2º Período – 19 a 28.2.2018, passe a constar: 2º Período – 19 a 28.3.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 527/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3951/2017-PGJ, de 16.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares ao servidor Edvaldo Ferreira Lima, de forma que, onde consta: 2º Período – 18 a 27.1.2018, passe a constar: 2º Período – 28.5 a 6.6.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 528/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Magaly Carvalho Brunet, de forma que, onde consta: 2º Período – 2 a 11.4.2018, passe a constar: 2º Período – 1º a 10.10.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 529/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 26.1.2018, as férias da servidora Sandra de Campos, concedidas por meio da Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4256/2017-PGJ, de 11.12.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 2 a 7.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 530/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Jéssica Gabrielle Rech, por meio da Portaria nº 2233/2017-PGJ, de 7.7.2017, que seriam usufruídas no período de 29.1 a 7.2.2018, a serem usufruídas no período de 2 a 11.5.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 531/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Beatriz Almeida Ribeiro, por meio da Portaria nº 119/2018-PGJ, de 12.1.2018, que seriam usufruídas nos períodos de 1º a 10.2.2018 e de 19 a 28.3.2018, a serem usufruídas no período de 9 a 28.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 532/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Magaly Carvalho Brunet, de forma que, onde consta: 2º Período – 25.7 a 3.8.2018, passe a constar: 2º Período – 2 a 11.7.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 536/2018-PGJ, DE 5.2.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Laura Aparecida Soares Pedroso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Promotoria de Justiça de Pedro Gomes, no período de 8 a 17.1.2018 e de 14 a 23.2.2018, em razão de férias do servidor *Rafael Carvalho Ennes*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

1. Expedientes:

1.3. TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADOS AO CONSELHO:

1.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

- **2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 6/2015. Compromissários: Jeferson Chiodelli e Waldir Silveira Dutra.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

1.3.2. CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

- **2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 34/2012. Compromissária: Eliane de Oliveira Moraes.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

1.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

- **Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2016.00001337-9. Compromissário: Município de Taquarussu, neste ato representado por Roberto Tavares Almeida.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

- **1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000352-0. Compromissário: Elpídio Rodrigues Chaves.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

1.3.4. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

- **42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2016.00001041-6. Compromissário: Marlim Silvério.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

1.3.5. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

- **2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:**

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00000858-0. Compromissários: Joaquim Bento Soares e Letícia Maria Pereira Vilela.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE AMAMBAI/MS – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL EM PROPRIEDADE RURAL – INQUÉRITO CIVIL CONCLUÍDO FACE À CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ENCAMINHADO PARA ANÁLISE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – INADEQUAÇÃO – AUSÊNCIA DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - RETORNO DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM – APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. O TAC que atender à defesa dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos

constituirá suficiente fundamento para a promoção de arquivamento do inquérito civil e ensejará instauração de procedimento administrativo, consoante artigo 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Nessa hipótese, o presidente do inquérito civil deve proceder à remessa da promoção de arquivamento ao Conselho Superior do Ministério Público para sua homologação, nos termos do artigo 38 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Se o Conselho discordar do TAC, não homologará a promoção de arquivamento, retornando os autos à Promotoria de Justiça de origem, aplicando-se concomitantemente o disposto nos artigos 26, §5º e 41 da Resolução nº 015/2007-PGJ. Todavia, no presente caso, constata-se a ausência da promoção de arquivamento, razão pela qual determino o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que realize as adequações necessárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que o presidente do inquérito civil promova o arquivamento dos autos e somente após proceda à remessa a este Conselho Superior do Ministério Público, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 015/2007-PGJ e do artigo 8-A da Resolução nº 005/2012-CPJ, de acordo com o voto da Relatora.

1.3.6. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

• 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos de Inquérito Civil nº 51/2012. Compromissário: Waldir Silveira Dutra.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu e homologou o TAC, sem ressalvas.

2. Ordem do dia:

2.1. Matéria Administrativa:

2.1.1. Apreciação do calendário de reuniões ordinárias do Conselho Superior do Ministério Público para o ano de 2018.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, apreciou o calendário de reuniões ordinárias do Conselho Superior do MP para o ano de 2018, sem ressalvas.

2.1.2. Expediente:

1. Ofício nº 617/2017/2ªPJ, de 17.11.2017, o 2º Promotor de Justiça da comarca de Paranaíba, Ronaldo Vieira Francisco, informa que vem desempenhando todas as atividades estabelecidas pelo programa de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, destacando sua aprovação em todas as disciplinas ou créditos cursados nos últimos 2 (dois) semestres. E ainda, encaminha cópia do Estudo “Os reflexos do Estatuto do Deficiente na capacidade testamentária ativa”, bem como da Tese “É possível a adoção póstuma quando comprovada a anterior manifestação inequívoca do adotante”, publicados respectivamente na Revista Forense e Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores – Direito Civil III para eventual publicação cultural. (Processo PGJ/10/2732/2016).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, conheceu do expediente acima referido, sem ressalvas.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000124-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerentes: Desireé de Podestá Etges Rodrigues e Mara Cristina Brandoli Machado

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual irregularidade no concurso público de provas e títulos para provimento de cargos pertencentes ao quadro permanente de pessoal do município de Camapuã-MS, envolvendo o candidato Márcio Fernandes da Silva.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000181-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Ivanie Alves e Izidora Flores

Assunto: Apurar poluição sonora advinda de som em residências localizadas na Rua Bombeira, Residencial Ponta Porã I, neste município.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001016-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposto descumprimento de critério de edital referente ao Pregão Presencial n. 284/2014 - Processo n. 87706/2014-83, concernente à qualidade precária dos uniformes e instrumentos de trabalho fornecidos aos Agentes da Agência Municipal de Transporte e Trânsito - AGETTRAN.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

4. Inquérito Civil nº 11/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã

Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa matizada pela realização de gastos, no âmbito da “Festa do Peão”, em possível ofensa às regras de geração de despesas públicas e inexigibilidade licitatória (LIA, art. 10, VIII).

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

5. Inquérito Civil nº 19/2015

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Aparecida Morel Pedroso

Assunto: Apurar a notícia de prática de desmatamento, no imóvel rural denominado “Assentamento Nossa Senhora Aparecida”, no município de Coxim, sem autorização ambiental.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

6. Inquérito Civil nº 27/2014

11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jefferson Ramires Zenatti

Assunto: Registrar notícia indicativa de eventual ocupação irregular da área denominada área pública, localizada defronte o imóvel da rua Arapongas, nº 330, BNH 4º Plano.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

7. Inquérito Civil nº 4/2015

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no encaminhamento de livros escolares, em tese destinados à rede pública de ensino de Mato Grosso do Sul e aparentemente nunca utilizados, para reciclagem.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

8. Inquérito Civil nº 12/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tropa dos Doze

Assunto: Apurar o isolamento das áreas de passivo ambiental e o reflorestamento das APP.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

9. Inquérito Civil nº 8/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade de edificações realizadas em APP, as quais são, também, alagadiças ou de extravasam de enchentes do Rio Taquari.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

10. Inquérito Civil nº 11/S/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aer José da Trindade

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Três Irmãos.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

11. Inquérito Civil nº 8/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar eventual ilegalidade no emprego de verbas públicas na construção da Academia ao Ar Livre nesta Cidade.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

12. Inquérito Civil nº 2/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anselmo Hartmann

Assunto: Investigar o cumprimento da legislação ambiental relativa à instituição, regularização e preservação da área de reserva legal do imóvel rural denominado fazenda Boa Esperança, em Aral Moreira/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

13. Inquérito Civil nº 7/2013

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Ilca Corral Mendes Domingos, Czi Comercio e Serviços de Informática ME, Jean Jose Antunes, Kelly Mendonza Tobias e Ademir Arruda Leão

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa em razão da Prefeitura Municipal de Nioaque/MS, no ano de 2012, em tese, ter contratado empresa para digitalização de documentos e feito o pagamento sem que o serviço tenha sido prestado.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

14. Inquérito Civil nº 06.2016.00000253-8

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Clínica Renal Dinefro Ltda.

Assunto: Acompanhar as modificações necessárias na Clínica Renal LTDA - DINEFRO, listadas no Relatório de Auditoria Ordinária (Versão Final) SISAUD/SUS n. 200 - Processo n. 27/1536/2015, para garantir eficiência no tratamento renal destinado aos pacientes da região de Dourados/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000513-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Fábio Luis da Silva

Requerida: Energisa S.A.

Assunto: Apurar a notícia indicativa de eventual interrupção/oscilação constante no fornecimento de energia elétrica pela empresa ENERGISA/MS, nos bairros Jardim Europa, Jardim Mônaco e Altos das Palmeiras, na cidade de Dourados/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

16. Inquérito Civil nº 06.2017.00000981-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta prática de abuso de autoridade nos quadros do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, em relação a direitos de intimidade do requerente Fernando Augusto Brasil Ferreira.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

17. Inquérito Civil nº 41/2012 (Sigiloso)

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Itel Informática e Secretaria de Estado de Fazenda

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas na prestação de serviço terceirizado pela Empresa ITTEL Informática junto à superintendência de gestão de Informática (SGI), órgão vinculado a Secretaria de Estado de Fazenda, notadamente em relação ao Contrato nº 003/2008, cuja empresa prestaria serviços afetos às atividades-fim do Estado e privativos de servidores públicos concursados.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

18. Procedimento Preparatório nº 13/2017

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades quanto a nomeação de Franciane da Rocha Santos Rozeni para ocupar cargo de provimento em comissão junto à Câmara de Vereadores de Naviraí.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

19. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar o descumprimento por parte dos estabelecimentos comerciais de Nioaque/MS das leis que determinam atendimento prioritário para gestantes, idosos e pessoas com deficiência.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

20. Inquérito Civil nº 5/2017

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Agropecuária Estrada Sete Placas Ltda.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda paraíso, localizada no município de Iguatemi.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

21. Inquérito Civil nº 3/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Batayporã

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Acesso à Transparência pela Prefeitura de Batayporã/MS.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

22. Inquérito Civil nº 1/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Municípios de Rio Negro, Rochedo e Corguinho

Assunto: Apurar possível irregularidade na aplicação de recursos públicos para realização de festas carnavalescas neste ano de 2016.

Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00001262-5**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

Assunto: Apurar eventual irregularidade na dispensa de registro de ponto eletrônico de servidores da SEJUSP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA DISPENSA DE REGISTRO DE

PONTO ELETRÔNICO DE SERVIDORES DA SEJUSP, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que a SEJUSP - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública esclareceu que não houve qualquer dispensa de registro de ponto a servidores públicos comissionados ou efetivos no âmbito dessa Secretaria; no entanto, houve apenas a substituição provisória de controle de ponto biométrico pelo manual, devido problemas de ordem técnica apresentados pelo primeiro. Desta feita, constatou-se que o controle de frequência está sendo exigido no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública, na forma prevista em ato normativo, qual seja, Decreto nº 10.738, de 18 de abril de 2002, que em seu art. 1º, §3º, estabelece de forma clara que os referidos servidores devem registrar seu comparecimento diário em serviço através do preenchimento de folha individual de frequência. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000243-1

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade dos serviços prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS CANGURU.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR A REGULARIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS CANGURU (“DR. FAUZE DUAILIBI AMIZO”), EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que após análise ao Relatório Técnico de Vistoria elaborado pela SEDHAST, realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Dr. Fauze Duailibi Amizo, constatou-se que os serviços ofertados por este estão sendo realizados em conformidade com as normativas vigentes que norteiam a Política de Assistência Social. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.0000817-0

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Partido Verde - PV de Campo Grande

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar suposta omissão do Poder Público Municipal quanto a adoção de providências voltadas a regularização da posse de áreas indevidamente ocupadas no entorno do Parque Taquaral Bosque, em Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL QUANTO À ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VOLTADAS À REGULARIZAÇÃO DA POSSE DE ÁREAS INDEVIDAMENTE OCUPADAS NO ENTORNO DO PARQUE TAQUARAL BOSQUE, EM CAMPO GRANDE/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE DOLO E MÁ-FÉ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Primeiramente, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que se constatou que tramitam regularmente Procedimentos Administrativos com o escopo de se apurar a ocupação irregular das áreas em referência localizadas no Bairro Estrela Dalva, em Campo Grande/MS, bem como que a Procuradoria de Assuntos Imobiliários detalhou as providências para a devida regularização destas. Desta feita, em que pese a irregularidade constatada, não restou configurado dolo ou má-fé dos agentes públicos em cometer o ilícito, elemento este necessário para que configure a improbidade administrativa. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001339-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a conduta do Presidente da Câmara de Vereadores de Batayporã, consistente na possível violação ao acesso de informações públicas, em razão da negativa de fornecimento de documentos solicitados pelo cidadão Edison Claudomir Cicilini.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A CONDUTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE

BATAYPORÃ/MS, CONSISTENTE NA POSSÍVEL VIOLAÇÃO AO ACESSO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS, EM RAZÃO DA NEGATIVA DE FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO CIDADÃO E.C.C. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO Nº 04/2017 PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que o Parquet expediu Recomendação nº 04/2017 para o Presidente da Câmara Municipal de Batayporã/MS, e este acatou tal Recomendação, fornecendo para o Sr. Edison Claudomir Cicilini os documentos devidamente solicitados. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 11/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desvio de função de servidores que são concursados para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, porém ocupam cargos distintos, mormente, os cargos de Agente Administrativo e de Professor.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDORES CONCURSADOS, EM ITAPORÃ/MS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

Primeiramente, verifica-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que se constatou que as servidoras Neuza Terezinha Sangalli, Suzana Fátima Mattos dos Santos Ferrari e Juliana Machado dos Santos Rodelini foram exoneradas, de modo que não mais integram o quadro de servidores municipais. Outrossim, denota-se que a servidora Maria Luiza Macedo exerce o cargo de Professora do ensino fundamental, na “Escola Municipal Professora Sônia Teixeira Paiva”, cargo para o qual admitida por prévia aprovação em certame. Por fim, cumpre salientar que a Mara Delaine Sampaio é servidora efetiva, e exerce as funções de Auxiliar de Serviços Diversos -ASD, lotada na Gerência de Saúde, estando em conformidade com as atribuições cometidas ao seu cargo de origem. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 19/2016

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em um suposto aterro sanitário, utilizado pela Prefeitura Municipal de Coxim, onde ocorre a queima de resíduos sólidos a céu aberto.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM UM SUPOSTO ATERRO SANITÁRIO, UTILIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM/MS, ONDE OCORRE A QUEIMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS A CÉU ABERTO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – OBJETO IDÊNTICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que após análise ao Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP, constatou-se que já tramita na Promotoria de Justiça de origem, procedimento com objeto similar ao presente caso, qual seja, o Inquérito Civil nº 04/2016, que foi instaurado em 30.03.2016. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 16/2015

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaquiraí

Assunto: Apurar a ausência de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade física reduzida nas calçadas da cidade de Itaquiraí, em decorrência da construção dos pontos de ônibus instalados na cidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A AUSÊNCIA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA OU COM MOBILIDADE FÍSICA REDUZIDA NAS CALÇADAS DA CIDADE DE ITAQUIRAÍ/MS, EM DECORRÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DOS PONTOS DE ÔNIBUS INSTALADOS NA CIDADE – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que os pontos de ônibus que se encontravam em desacordo com a legislação, ou seja, com ausência de

acessibilidade, foram devidamente retirados, tendo sido corroborado pelo Relatório produzido pelo próprio servidor, Técnico do Ministério Público, que realizou tal diligência in loco. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 68/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos contidos no Ofício nº 173/2016/3ªPJ, relativamente a possíveis irregularidades no Instituto Médico Legal de Naviraí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR OS FATOS CONTIDOS NO OFÍCIO Nº 173/2016/3ªPJ, RELATIVOS A POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE NAVIRAÍ/MS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que restou constatado que o servidor público estadual Alexandre Martin Gradella, na condição de Perito Médico-Legista da Unidade Regional de Perícia de Naviraí gozou de licença para tratamento de saúde durante o período compreendido entre os dias 16.05.2016 a 14.07.2016 em razão da patologia que estava acometido, denominada “Síndrome de Burnout”, e realmente continuou a prestar atividades médicas em sua clínica particular durante tal período, tendo em vista a recomendação do médico que o acompanhava, dada as especificidades da doença que lhe acometia à época dos fatos, não se verificando qualquer ilícito administrativo, tampouco prejuízo ao erário municipal de Naviraí/MS. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 63/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de possível ato de improbidade administrativa decorrente de tratamento desigualitário por parte da Administração Pública Municipal de Naviraí ao conceder progressão funcional a algumas professoras e negar a outras que se encontrariam na mesma situação jurídica.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A NOTÍCIA DE POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DECORRENTE DE TRATAMENTO DESIGUALITÁRIO POR PARTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ AO CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL A ALGUMAS PROFESSORAS E NEGAR A OUTRAS QUE SE ENCONTRARIAM NA MESMA SITUAÇÃO JURÍDICA, EM NAVIRAÍ/MS – INTERESSE INDIVIDUAL – AUSÊNCIA DE INTERESSE COLETIVO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Observa-se dos autos que a matéria da representação feita pelas servidoras públicas municipais, ocupantes do cargo de professoras, aprovadas em concurso público de provas e títulos realizado pela Prefeitura de Naviraí, no ano de 2008 versa sobre direito individual disponível destas, haja vista que a apuração de eventual desrespeito ao direito à progressão funcional na carreira deve ser discutido em ação própria. Desse modo, a busca de tutela jurisdicional deve ser deflagrada por quem tenha interesse processual, não cabendo tal atuação ao Ministério Público, uma vez que não há violação ao interesse público. Reserva-se ao Parquet a deflagração de ação de improbidade administrativa caso estejam presentes os requisitos necessários para tanto, sendo que não restou evidenciado ato de improbidade administrativa. Desse modo, ausentes elementos deflagradores da devida ação de improbidade administrativa, o arquivamento destes autos impõe-se no momento. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 11/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretária Municipal de Assistência Social e o município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades quanto à qualidade e conservação de alimento (Arroz “Tipo” 1 Imperatriz, nº de lote 59, de 9.2.2013) doado pela Secretaria de Assistência Social do município de Coxim, e atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES QUANTO À QUALIDADE E

CONSERVAÇÃO DE ALIMENTO (ARROZ “TIPO” 1, IMPERATRIZ-Nº DE LOTE 59, DE 09/02/2013) DOADO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE COXIM/MS – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista a constatação de regularidade do procedimento utilizado para estruturação das cestas básicas doadas pela Prefeitura Municipal de Coxim/MS, de modo que em Laudo Pericial elaborado pelo Laboratório Central de Saúde Pública – LACEN se concluiu que a qualidade do arroz “tipo 1” – Imperatriz era devidamente satisfatória. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2016.00001404-5

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Associação de Pais e Mestres da E.E. Waldemir Barros da Silva

Requerido: Comercial K&D Ltda - EIRELI

Assunto: Apurar suposta ausência de condição sanitária para armazenamento de produtos alimentícios por parte da empresa licitante do ramo de merenda escolar, bem como a consequente irregularidade na concessão do respectivo alvará sanitário.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO SANITÁRIA PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS POR PARTE DE EMPRESA LICITANTE DO RAMO DE MERENDA ESCOLAR, BEM COMO A CONSEQUENTE IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DO RESPECTIVO ALVARÁ SANITÁRIO, EM CAMPO GRANDE/MS AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A presente promoção de arquivamento merece ser acolhida, haja vista que no Relatório de Inspeção Sanitária realizado pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Município de Campo Grande/MS não se constatou qualquer irregularidade que pudesse indicar o descumprimento de normas sanitárias pela empresa “Comercial K&D Eireli”, oportunidade em que se concluiu que esta atende todos os requisitos sanitários para o armazenamento de gêneros alimentícios. Sublinhe-se, ainda, que a Secretaria de Estado de Educação informou que referida Empresa apresentou toda a documentação pertinente as condições sanitárias, dentre os quais o Alvará de Licença Sanitária e Certificado de Vistoria válidos. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000022-2

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na tramitação do Projeto de Lei substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 14, de 29 de agosto de 2016, consistente na inobservância da proibição contida no art. 73, V, da Lei nº 9.504/97.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2016, CONSISTENTE NA OBSERVÂNCIA DA PROIBIÇÃO CONTIDA NO ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97, EM DOURADOS/MS AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, haja vista que não se constatou que o Projeto de Lei nº 14/2016 (sancionado e publicado na data de 03/11/2016) representou benefício a uma determinada classe, pelo contrário, na verdade o projeto previu a retirada de cargo exclusivo em comissão para permitir que servidor efetivo, aprovado em concurso, o ocupasse. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000780-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa narrado na manifestação nº 11.2017.00000923-4, oriunda da ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA NARRADO NA MANIFESTAÇÃO Nº 11.2017.00000923-4, ORIUNDA DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM BANDEIRANTES/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - ADESÃO AO “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, ante a constatação de ausência de irregularidades a serem sanadas, haja vista que a suposta ausência de publicação dos atos oficiais, receitas, despesas, editais e balancetes na imprensa foi refutada a partir da adesão ao “Portal da Transparência”, o qual se verifica ser mais eficaz que o previsto na Lei Orgânica do Município, publicada em 1990. Cumpre salientar que os Editais e Pregões foram devidamente publicados no Diário Oficial do Município de Bandeirantes/MS, não se constatando omissão por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001075-3

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na execução de contrato de prestação de serviços de sonorização pela empresa “DAB SONORIZAÇÃO EIRELI-ME” ao Município de Ladário.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PELA EMPRESA “DAB SONORIZAÇÃO EIRELI-ME” AO MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - SERVIÇOS DEVIDAMENTE PRESTADOS PELA EMPRESA - INEXISTÊNCIA DE DOLO E MÁ-FÉ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, verificou-se que não se vislumbra justa causa para a continuidade do presente procedimento, ante a inexistência de elementos comprobatórios capazes de indicar a terceirização do serviço de sonorização, tampouco de que o serviço prestado pela Empresa “DAB SONORIZAÇÃO EIRELI-ME” está aquém daquele pelo qual a empresa foi contratada. Ademais, verificou-se que os requerimentos de serviços que são formulados, a empresa em questão tem conhecimento prévio do serviço a ser prestado, uma vez que é encaminhado a esta nota de empenho, consoante colacionados ao feito. Por fim, importante salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não restou comprovado no presente procedimento. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001284-0

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de alienação parental por parte dos genitores da criança E.G.O.S., cujo pai se encontra preso na Penitenciária de Ponta Porã/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ALIENAÇÃO PARENTAL POR PARTE DOS GENITORES DA CRIANÇA E.G.O.S, CUJO GENITOR SE ENCONTRA PRESO NA PENITENCIÁRIA DE PONTA PORÃ/MS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que não há justa causa para o prosseguimento do presente feito, ante a perda do objeto, haja vista que a prática de alienação parental no menor E.G.O.S não restou constatada. Diante dos documentos acostados aos autos, nota-se que não restou a necessidade de acompanhamento psicológico do menor, visto que ele tem apresentado comportamento adequado para a idade. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000390-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão da Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania-SAS em decorrência

do não cumprimento à requisição de acompanhamento sócio familiar do Conselho Tutelar.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DESVIRTUAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR - NÃO COMPROVAÇÃO DE ATO ÍMPROBO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve divergências sobre as atribuições de cada órgão acerca de procedimentos envolvendo menores infratores. Frise-se que o ato ímprobo, na modalidade de violação a princípios da administração pública, previsto no art. 11, da Lei nº 8.429/92, necessita da aferição do dolo na conduta do requerido. No caso em tela, impossível aferir o dolo das autoridades policiais, tratando-se, apenas, de divergência de posicionamento entre órgãos públicos. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000755-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasília

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, em relação à possível configuração de desvio de função em relação ao servidor público municipal J.C.C.J, que é concursado como vigia e atualmente trabalha no Gabinete do prefeito.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DESVIO DE FUNÇÃO NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o requerido exerce cargo de provimento em comissão, como Gerente de Núcleo do Patrimônio, portanto, função de chefia, situação admitida por disposições constitucionais. Ademais, o fato do servidor investigado também ocupar cargo efetivo nos quadros do Poder Executivo Municipal, mostra-se, em verdade, hipótese recomendada pelo ordenamento jurídico, ante a preferência que cargos comissionados sejam exercidos por servidores efetivos. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001897-8

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adilson de Figueiredo - ÓPTICA KAIROS

Assunto: Visa firmar Termo de Ajustamento de Conduta, a fim de adequar a atividade comercial do requerido à legislação consumerista.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despendioso o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00001460-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, decorrente da suposta omissão na realização da pavimentação asfáltica nos bairros Ouro Fino, Vila Vilma, Jardim Tatiana, Jardim Antártica e Altos do Leblon, desde a gestão do então Prefeito Nelsinho Trad, apesar de realizada a licitação para tais obras.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que os procedimentos licitatórios para as obras de pavimentação foram extintos, não existindo qualquer dano ao erário. Ademais, a decisão acerca dos locais os quais serão pavimentados pertence ao Ente Municipal, detentor de discricionariedade administrativa. Assim, ausente de justa causa à continuidade do feito. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000929-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados no Auto de Infração n.º 23340 IMASUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PESCA AMADORA SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AUSÊNCIA DE MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NA ÁREA CÍVEL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a pesca amadora, sem autorização ambiental, enseja a imposição de sanções administrativas, já apuradas nas instâncias competentes, com a aplicação de multa sancionatória. Na área cível, no entanto, impossível vislumbrar dano ambiental a ser reparado, não havendo o que ser compensado, tornando-se despropositado o seguimento do presente Procedimento Preparatório. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 30/2016

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: José Arthur Soares de Figueiredo, Leonel Lemos de Souza Brito e Sônia Conceição Aivi Teixeira

Assunto: Apurar desvio de verbas do Fundo Municipal de Assistência Social para doação à campanha eleitoral de candidata à Vereadora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DESVIO DE VERBAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA CANDIDATA A VEREADORA – NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que não houve a constatação de quaisquer irregularidades no caso em tela. Quanto a suposta incompatibilidade de renda com a doação realizada pelo ex-Prefeito de Bonito/MS, José Arthur Soares de Figueiredo, para a candidata a Vereadora, Sônia Conceição Aivi Teixeira, constatou-se, através da análise da declaração de imposto de renda do doador, que este possuía bens imóveis que totalizam mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que demonstra que havia compatibilidade para a doação de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). De igual modo, quanto ao possível repasse indireto de recursos públicos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social para a campanha eleitoral de Sônia Conceição Aivi Teixeira, ficou demonstrado que, em verdade, houve um equívoco por parte da Administração Municipal, que manteve o nome de José Arthur Soares de Figueiredo como ordenador de despesas de referido Fundo, mesmo após sua destituição do cargo, de maneira que por ocasião da busca pelo Sistema Eleitoral, através do CPF, constou como possível repasse público, o que não verdade não aconteceu. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste procedimento. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 7/2016

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as causas do processo erosivo existentes nas imediações do córrego do Touro, na altura dos bairros Paraíso IV, Vila Alta e Tarumã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – SANEAMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Município de Naviraí/MS pavimentou os logradouros públicos dos bairros mencionados, bem como instalou coletores de águas pluviais, estancando a origem das erosões constatadas nas vistorias iniciais. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 48/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na operação tapa-buracos realizada nas Avenidas América e Mato Grosso, Rua Antônio Maria Coelho e no Bairro Carandá-Bosque.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE “TAPA-BURACOS” – DUPLICIDADE DE FEITOS – IC 10/2015 E 06.2016.00000510-2 JÁ APURAM OS FATOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO -

HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que os Inquéritos Cíveis n.º 10/2015 e 06.2016.00000510-2 têm por objetivo apurar eventuais irregularidades na má prestação de serviço público por parte das empresas contratadas para realização das operações de recapeamento e "tapa-buraco" de vias públicas do Município de Campo Grande/MS, ou seja, já apuram as supostas irregularidades investigadas no presente feito, tornando desnecessária a continuidade do procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 26/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: JC Comércio e Transporte Ltda.-ME

Assunto: Apurar eventual poluição sonora causada pelo estabelecimento comercial denominado "Lava Jato Paquera".

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – POLUIÇÃO SONORA – DUPLICIDADE DE FEITOS – IC 06.2017.00001324-0 JÁ APURA OS FATOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Inquérito Civil n.º 06.2017.00001324-0 têm por objetivo apurar a existência de mecanismos de controle da poluição sonora no município de Coxim/MS, a fim de assegurar o direito ao sossego e o bem-estar da população, ou seja, abarca as irregularidades investigadas no presente feito, tornando desnecessária a continuidade do procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 24/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público do município de Angélica/MS, decorrente de irregularidade no Processo Licitatório nº 002/2012, realizada através do Pregão Presencial nº 01/2012, cujo objeto foi a aquisição de 5.000 (cinco mil litros) de combustível para atender a Câmara Municipal de Angélica/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL – AJUIZAMENTO DE ACP EM DESFAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - NÃO COMPROVAÇÃO DE IRREGULARIDADES QUANTO AOS OUTROS REQUERIDOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o feito se iniciou com o escopo de apurar se a quantidade de combustível licitada pela Câmara Municipal de Angélica, que perfazia 5.000 litros, era razoável, tendo em vista a existência de apenas 1 (um) veículo oficial. No decorrer do apuratório, constatou-se que, até a realização do procedimento licitatório, os veículos utilizados em serviço eram abastecidos por meio de requisições da Câmara Municipal ao estabelecimento "Auto Posto Costa Matos". Verificou-se, ainda, uma completa ausência de mecanismos de controle desses abastecimentos. Após diversas diligências encetadas pelo órgão de execução, restou cristalino nos autos que os requeridos Luciano Silva Soares e Carla Fernanda Filo abasteciam variados veículos particulares, por diversas oportunidades. Contudo, mostrou-se impossível aferir se o combustível utilizado pelos outros vereadores requeridos foram ou não aproveitados na atividade parlamentar. Salienta-se que, após um acidente envolvendo o veículo oficial da Câmara Municipal, os vereadores passaram a utilizar seus veículos particulares para viagens. Cumpre ressaltar, também, que a responsabilidade pelo descontrole acerca do abastecimento de cada veículo deve ser imputada à Luciano Silva Soares, Presidente da Câmara Municipal à época. Assim, tendo o órgão ministerial ajuizado a Ação Civil Pública n.º 0900012-17.2017.8.12.0023, em desfavor de Luciano Silva Soares e Carla Fernanda Filo, não existem outras diligências a serem encetadas no presente feito. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento parcial.

Deliberação: à unanimidade, homologação parcial do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 24/2009

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Anibal Azevedo da Rocha

Assunto: Apurar eventual funcionamento clandestino de carvoaria sem as devidas licenças ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FUNCIONAMENTO IRREGULAR DE CARVOARIA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA - OBRIGAÇÕES CUMPRIDAS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar o funcionamento de carvoarias sem as devidas licenças ambientais. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e

solucionar o objeto do presente procedimento, com base no pagamento da indenização por danos ambientais, a inscrição da propriedade rural no Cadastro Ambiental Rural, a apresentação do PRADA – Projeto Técnico de Recuperação de Área Degradada ou Alterada, mormente ante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta. Fatores que atendem, portanto, ao disposto no Enunciado 10/2017 deste E. Conselho Superior. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Pedido de Providência nº 31/2007

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdisson Wanderley e Silva, chácara Recanto Verde

Assunto: Recuperação do córrego Criminoso.

EMENTA: PEDIDO DE PROVIDÊNCIA – IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar a falta de conservação do solo, desmatamento de área de preservação permanente e de reserva legal nas propriedades que margeiam o Córrego Criminoso. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Pedido de Providência, constando-se o cumprimento das obrigações assumidas no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante Laudo de Vistoria expedido pelo AGRAER. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 2/2015

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Casa de Recuperação Maanaim

Assunto: Apurar a existência de supostas internações psiquiátricas involuntárias na Casa de Recuperação Maanaim, localizada na Rodovia BR 163, Km 28, na cidade de Juti/MS, sem comunicação ao Ministério Público Estadual.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INVESTIGAR SUPOSTAS INTERNAÇÕES PSIQUIÁTRICAS INVOLUNTÁRIAS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a existência de supostas internações psiquiátricas involuntárias na Casa de Recuperação MAANAIM, localizada na Rodovia BR 163, Km 28, na cidade de Juti, sem comunicação ao Ministério Público Estadual. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto da presente investigação, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta bem como instaurado Procedimento Administrativo para acompanhar o seu integral cumprimento, conforme artigo 39, parágrafo 2º, da Resolução n. 15/2007. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Procedimento Preparatório nº 8/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Romeu Eloi Schmalz, Auto Posto Pioneiro do Baús

Assunto: Apurar a notícia de atividade irregular de comércio distribuidor de combustível, tendo em vista a ausência de licença de operação expedida pelo IMASUL.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IRREGULARIDADE NO COMÉRCIO DISTRIBUIDOR DE COMBUSTÍVEL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado com o objetivo de averiguar suposta atividade irregular de comércio distribuidor de combustível, sem licença de operação expedida pelo IMASUL. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Procedimento Preparatório, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta e determinada a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 5/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santo Onofre Assunto: Apurar dano ambiental ocorrido na fazenda Santo Onofre, localizada no município de Guia Lopes da Laguna/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL OCORRIDO NA FAZENDA SANTO ONOFRE – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar dano ambiental ocorrido na Fazenda Santo Onofre, localizada no município de Guia Lopes da Laguna. 2. As diligências realizadas pelo órgão de execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, considerando o cumprimento integral da obrigação assumida no Termo de Ajustamento de Conduta, consoante o Ofício nº 299/2ºPPMA/2017, remetido pela Polícia Militar Ambiental (f. 433-434), explanando sobre a doação, a título de compensação ambiental, de 1000 (mil) mudas da espécie aroeira medindo acima de 11 centímetros que serão utilizadas no “Projeto Florestinha”, coordenado pela Polícia Ambiental de Jardim. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 5/2007

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reinaldo Agulhon

Assunto: Apurar eventual desmatamento sem a devida licença ambiental, em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente, bem como retirada de cascalho da área de reserva legal da propriedade, averiguando-se a existência e regularização desta, bem como eventuais danos ambientais pela atividade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADE AMBIENTAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado com o objetivo de apurar eventual desmatamento sem a devida licença ambiental, em desacordo com as normas estabelecidas pela legislação pertinente, bem como retirada do cascalho da área de reserva legal da propriedade, averiguando-se a existência e regularização desta, bem como eventuais danos ambientais provocados pela atividade. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta e determinada a instauração de Procedimento Administrativo para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 35/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dirce Pozzobon de Oliveira

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Junior de propriedade do requerido, localizado no município de Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DE PROPRIEDADE – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Júnior, localizada em Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessária à regularização do imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes. 2. As diligências realizadas pelo Órgão de Execução foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Inquérito Civil, tendo sido firmado Termo de Ajustamento de Conduta, com a instauração de Procedimento Administrativo n. 09.2017.00003215-8 para fiscalizar o seu integral cumprimento. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Procedimento Preparatório nº 6/2017

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades do passeio turístico nesta urbe, denominado Hotel Fazenda Rio Formoso, com prejuízo da segurança de turistas/consumidores.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR IRREGULARIDADES EM PASSEIOS TURÍSTICOS – EVENTUAL PREJUÍZO À SEGURANÇA DE TURISTAS - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Procedimento Preparatório instaurado para apurar eventuais irregularidades do passeio turístico nesta urbe denominado Hotel Fazenda Rio Formoso, com prejuízo da segurança de turistas/consumidores 2. As diligências realizadas foram insuficientes para esclarecer e solucionar o objeto do presente Procedimento Preparatório, sendo necessário o empreendimento de novas diligências para averiguar as condições da escada construída para ter acesso à ponte sobre o Rio Formoso, comumente utilizada pelo público, a qual, segundo relatado na denúncia, é apta a colocar em risco a saúde e a segurança dos turistas. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das diligências indicadas no voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 55/2013

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual favorecimento da empresa “Mov Flex” nas licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DANO AO ERÁRIO - DILIGÊNCIAS INSUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventual favorecimento da empresa “Mov Flex” nas licitações realizadas pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, vez que os produtos fornecidos não atenderiam as exigências de qualidade e quantidade estipuladas em contratos administrativos. 2. As diligências empreendidas não foram suficientes para esclarecer e solucionar o objeto de investigação, considerando que as provas produzidas indicam a divergência entre a quantidade de móveis objeto de contratos administrativos e os encontrados nos locais vistoriados pela equipe técnica do DAEX, sendo, portanto, imprescindível a colheita de novos elementos de informação para o esclarecimento da presente investigação. 3. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: à unanimidade, não homologação da promoção de arquivamento e baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento da diligência apontada no voto da Relatora.

2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000576-8

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Conselho Tutelar de Campo Grande - Região Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de suposta irregularidade no desvirtuamento das funções do Conselho Tutelar, no que concerne à condução de menor ao IMOL para realização de exame por solicitação da DEPCA, o que estaria em contrariedade ao art. 136 do ECA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DESVIRTUAMENTO DAS FUNÇÕES DO CONSELHO TUTELAR - RECUSA INICIAL DO CONSELHEIRO EM ACOMPANHAR MENOR INFRATOR – RECUSA DA AUTORIDADE POLICIAL EM PROVIDENCIAR POLICIAL PARA O ACOMPANHAMENTO DO MENOR – NÃO INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 9º, 10 E 11 DA LEI 8429/92 - FALTA DE DEFINIÇÃO SOBRE QUEM PESA ESTA ATRIBUIÇÃO - REMESSA DE CÓPIAS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE PARA PROVIDÊNCIAS JUNTO AO JUÍZO, SE ENTENDER O CASO, PARA DEFINIR A ATRIBUIÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DO MENOR EM SITUAÇÃO DE RISCO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório sob a suspeita de violação dos princípios administrativos, em vista de suposto desvirtuamento das funções do Conselho Tutelar, porquanto o desentendimento entre o conselheiro e a autoridade policial acerca de quem deve realizar a condução do menor ao IMOL não caracteriza ato de improbidade administrativa, por ausência de definição certa no momento sobre quem pesa esta atribuição, deixando de preencher as figuras dos artigos 9º, 10 ou 11 da Lei 8.429/92.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001007-1

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal de Campo Grande, uma vez que estariam assinando folha de frequência com carga horária máxima de 40h semanais, mas trabalhando de fato apenas 30h semanais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE CONTRATAÇÃO IRREGULAR PELO MUNICÍPIO - EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA APURANDO O MESMO OBJETO INVESTIGADO NESTES AUTOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que apurou eventual ato de improbidade administrativa praticado por Agentes Comunitários de Saúde da Prefeitura Municipal de Campo Grande, tendo em vista a existência de Ação Civil Pública investigando o mesmo objeto apurado nestes autos.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001280-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Paulo Cesar Leite

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente de supostas irregularidades no Pregão n. 114/2016 - merenda escolar, da Prefeitura Municipal de Campo Grande, com suposto direcionamento diante das exigências questionáveis.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO - PUBLICAÇÃO DE ADENDO NO CERTAME - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Impõe-se o arquivamento de procedimento instaurado para apurar eventual irregularidade em licitação, quando no curso do próprio processo de licitação, antes até mesmo da instauração do procedimento no Ministério Público, a *própria* administração municipal promoveu o saneamento do suposto vício, através da publicação de adendo no certame.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00001511-1

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público do Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução das obras de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica e sinalização viária nos Bairros Jardim das Primaveras, Altos do Indaiá e Vila Nova Esperança.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE DOURADOS - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO - VERBA FEDERAL - INTERESSE DA UNIÃO - ENUNCIADO Nº 16 CSMP - DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO HOMOLOGADO. Homologa-se o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, quando verificado que as investigações do procedimento são de interesse da União, já que eventual irregularidade no caso concreto alcançará essencialmente a discussão de malversação de verba federal.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho homologou o declínio de atribuição, devendo os autos retornar à Promotoria de Justiça de origem para que, após as anotações no sistema informatizado, proceda, diretamente, à remessa dos autos originais ao órgão com atribuições, do Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

5. Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000014-4

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual omissão, consistente na suposta ausência de fiscalização de veículos que trafegam pela Rodovia MS 379, notadamente dos pertencentes à Usina São Fernando Açúcar e Alcool, por parte da Polícia Militar Rodoviária Estadual.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE DOURADOS DENÚNCIA ANÔNIMA - TRÁFEGO DE VEÍCULOS IRREGULARES PERTENCENTES À USINA - AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR RODOVIÁRIA - NÃO CONSTATADO - COMPROVADA A FISCALIZAÇÃO DA RODOVIA - REGULARIDADE DOS VEÍCULOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório que apurou denúncia anônima inverídica, restando comprovada a regularidade dos veículos para o tráfego na rodovia, e que a Polícia Militar Rodoviária, apesar de não ter base fixa na área em questão efetua ações de fiscalização para verificação da correção do trânsito.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00000211-0

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guarda Civil Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar suposta irregularidade no fato de os Guardas Municipais que foram aprovados no Curso de Patrulheiros desempenharem as mesmas funções daqueles que não participaram do referido curso.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APONTADA IRREGULARIDADE NO EXERCÍCIO DA GUARDA MUNICIPAL - OBJETO JÁ ANALISADO EM SEDE JUDICIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil que apurou eventual irregularidade referente às funções desempenhadas pelos Guardas Municipais, ante a constatação de que o objeto ora apurado nestes autos já foi analisado em sede judicial, não havendo portanto motivação para dar continuidade às investigações.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 6.2017.00001170-8

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Imbirussu e a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização dos danos existentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM APP - EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO CIVIL MAIS ANTIGO COM OBJETO E PARTES IDÊNTICAS AO INVESTIGADO NESTES AUTOS - *BIS IN IDEM* - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento mais novo, uma vez constatado o trâmite de inquérito civil mais antigo com as mesmas partes e objeto de investigação.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001635-8

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Acompanhar a postura Municipal diante das reivindicações para que a rua do Ceinf Caio Silva Bevilaqua seja pavimentada ou, ainda, para que as ruas sejam molhadas com caminhão pipa na época de estiagem, feitas pelos moradores daquela localidade.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - FALTA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - SOLICITAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA - SOLICITAÇÃO ATENDIDA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o procedimento preparatório onde se apurou a postura municipal frente a reivindicação de moradores ante a falta de pavimentação asfáltica da rua, tendo em vista que houve a disponibilização de caminhão pipa para molhar a rua em tempo de estiagem, até que a pavimentação seja executada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000470-3**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional CREFITO13

Requerida: Associação Beneficente Douradense Hospital Evangélico Dr. e

Sra. Goldsby King, Clínica São Camilo, Hospital da Vida FUNSAUD e Hospital Santa Rita

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na disponibilização de profissionais de fisioterapia nas unidades de saúde da rede pública e privada de Dourados/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE FISIOTERAPIA NAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE DOURADOS/MS - OBJETO ESGOTADO ENUNCIADO N.º 1/CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Promotoria de Justiça de origem tomou todas as medidas cabíveis, dentro dos limites de sua atribuição, para apurar e solucionar as irregularidades reclamadas, porém restou demonstrado que a questão afeta especialmente os interesses classistas dos fisioterapeutas. Ademais, certificou-se que a maioria das infrações apontadas pelo CREFITO 13 dizem respeito à quantidade de profissionais existentes nas unidades de saúde, classificada como insuficiente pelo órgão, todavia não foi demonstrada nenhuma prejudicialidade aos pacientes na prestação dos serviços tanto na rede pública como na privada,

sendo que não houve reclamação registrada no Conselho Municipal de Saúde e na Ouvidoria do SUS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000525-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Rouxinol

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Rouxinol, tendo em vista a supressão vegetal superior a 30 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR ILÍCITO AMBIENTAL PRATICADO PELO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL RURAL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE BATAYPORÃ, TENDO EM VISTA A SUPRESSÃO VEGETAL SUPERIOR A 30 HA, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO -SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO AJ/MP - ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007/PGJ, COM A REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO N.º 05/2015 -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com compromissária, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Além disso, salientou que o acompanhamento e a fiscalização dos termos ajustados serão efetivados mediante procedimento administrativo próprio. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 42/2013

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas na aquisição de medicamentos para tratamento de câncer em pacientes adultos no ano de 2013 no Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE CÂNCER EM PACIENTES DO HOSPITAL DE MATO GROSSO DO SUL – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas na denúncia não restaram comprovadas, porquanto os medicamentos quimioterápicos foram adquiridos de forma regular, tendo como base o consumo mensal estimado pelo Hospital Regional, por um valor bem inferior ao alegado pelo denunciante. No que se refere aos insumos de nutrição parenteral, houve apenas um aumento no consumo do produto, o que não caracteriza ato ilícito. Ademais, cumpre salientar que tais irregularidades também foram objeto de avaliação do Tribunal de Contas da União, que julgou improcedente a representação, tendo em vista que não se constatou vícios na aquisição e utilização dos medicamentos citados. Outrossim, a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 38/2014 (Sigiloso)

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 13/S/2012

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adalberto dos Santos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Serrinha.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que o órgão de execução adote as providências cabíveis, visando a reparação da área degradada, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 1/2005

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados e a empresa Planaterra

Assunto: Investigar a regularidade da construção do asfalto no bairro Terra Roxa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DA CONSTRUÇÃO DO ASFALTO NO BAIRRO TERRA ROXA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS/MS – OBJETO ESGOTADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, verificou-se que o objeto do feito encontra-se esgotado, uma vez que não restaram configurados atos de improbidade administrativa, porquanto, as supostas irregularidades consistentes na divergência de valores pagos pelo município e pelos moradores não foram confirmadas. De acordo com análises feitas pelo DAEX referentes às notas fiscais originais fornecidas pela empresa PLANATERRA, o Município havia pago pela obra valor inferior ao que os moradores pagaram pela sua execução, não ocasionando, portanto, dano ao erário público, pois o que de fato ocorreu, foi um aumento no valor que foi pago pelos moradores que aderiram ao plano de asfaltamento comunitário no bairro Terra Roxa. Ademais, cumpre salientar que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, tendo em vista que não houve lesão ao patrimônio público, sendo que o valor pago pelo serviço de asfaltamento foi inferior ao previsto no contrato. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Inquérito Civil nº 10/2013

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Saúde Pública

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar irregularidades apuradas no Relatório nº 25/2013/DENASUS.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho, votou pela não homologação da promoção de arquivamento dos presentes autos e determinou a baixa dos autos à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, para remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem, para adoção das providências cabíveis, a fim de que se dê continuidade às investigações no presente procedimento, visando fiscalizar o cumprimento das irregularidades apontadas, bem como das recomendações expedidas ao Hospital Regional de Mato Grosso do Sul nos Relatórios de Vistoria 25/2013 e 205/2017, promovendo as diligências que se fizerem necessárias, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 2/2016

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Paranaíba Assunto: Apurar eventuais irregularidades no que tange aos contratos de serviço de publicidade e propaganda realizados, a priori, com a empresa J.R.A Propaganda e Marketing Ltda.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO QUE TANGE AOS CONTRATOS DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA REALIZADOS COM EMPRESA PROPAGANDA E MARKETING, BEM COMO POSSÍVEIS VÍCIOS E MÁCULAS QUE POSSAM DECORRER NO CURSO DE SUA PRESTAÇÃO, NÃO OBSTANTE TAMBÉM A ANÁLISE DOS TERMOS ADITIVOS QUE SOFRERA O CONTRATO E, DA CONTRAPRESTAÇÃO DE TAL SERVIÇO REFERENTE AO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016 – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto a contratação da empresa J.R.A. Propaganda e Marketing Ltda., pela Câmara Municipal de Paranaíba/MS deu-se mediante regular procedimento licitatório, havendo a efetiva prestação dos serviços contratados. Ademais, constatou-se que os termos aditivos foram efetuados dentro da normalidade, sem que houvesse superfaturamento no valor do contrato, em obediência à legislação, visando não comprometer o orçamento da Casa de Leis, pois se mostraram mais vantajosos à administração pública do que a celebração de um outro contrato precedido de novo procedimento licitatório. Além disso, cumpre salientar que a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000459-5

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar eventual desrespeito a princípios da administração pública diante da revogação do processo licitatório para obras de reforma da UBSF Serradinho.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR EVENTUAL DESRESPEITO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIANTE DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA OBRAS DE REFORMA DA UBSF SERRADINHO - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a Promotoria de Justiça de origem tomou todas as medidas cabíveis, dentro dos limites de sua atribuição, para apurar e solucionar as irregularidades reclamadas, porém restou demonstrada a inexistência de atos de improbidade administrativa no presente caso. Conforme observado, a reforma da UBS Serradinho não ocorreu porque o processo licitatório foi revogado em razão da desistência da empresa vencedora do certame na execução do contrato, sendo, portanto, iniciadas tratativas para a abertura de uma nova licitação. Outrossim, cumpre salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, tendo em vista que não restou configurado qualquer prejuízo ao erário ou fraude no processo licitatório em que houve a desistência da empresa vencedora do certame. Ademais, constatou-se que a apuração da noticiada falta de profissionais de saúde é de atribuição da 32.ª Promotoria de Justiça. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000616-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Ribas do Rio Pardo

Assunto: Apurar possível dispensa indevida de licitação para contratação de empresa de assessoria pela Câmara Municipal.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR POSSÍVEL DISPENSA INDEVIDA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA PELA CÂMARA MUNICIPAL - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades apontadas não foram confirmadas, porquanto, a Câmara Municipal não efetuou nenhum contrato com empresa de assessoria no ano de 2017. Ademais, cumpre salientar que a Tomada de Preços, que visava a contratação de empresa de assessoria, foi revogada por conveniência da administração. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2017.00000976-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Executivo Municipal

Assunto: Apurar eventual irregularidade na celebração de acordos pela Administração Pública deste município, ante a ausência de legislação específica autorizando.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CELEBRAÇÃO DE ACORDOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESTE MUNICÍPIO, ANTE A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA AUTORIZANDO IRREGULARIDADES SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto o acordo realizado pela Prefeitura Municipal com o Sr. Reinaldo Francisco da Silva não foi adimplido, sendo que o mesmo ajuizou ação visando a indenização nos autos n.º 0800313-20.2017.8.12.0034. Outrossim, cumpre salientar que o Executivo Municipal atendeu a Recomendação expedida pela Promotoria de Justiça e se comprometeu a não mais praticar os referidos atos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00001046-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edson Brás de Souza

Assunto: Apurar a adoção de providências pelo proprietário dos Lotes 38 e 74 do “Assentamento Urucum”, localizado na zona rural do município de Corumbá/MS, com o fito de reparar e compensar o dano ambiental proveniente da execução do corte e aproveitamento de madeira, desacompanhado do respectivo informativo de aproveitamento de material lenhoso.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento e do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nestes autos, com fundamento no artigo 41 da Resolução nº 015/2007-PGJ, em razão da ausência de cadastramento da entidade beneficiária dos valores provenientes do TAC, conforme estabelece o § 7º, do artigo 4º, da Resolução nº 031/2012-PGJ, no artigo 36, § 2º, da Resolução nº 15/2007-PGJ, e o Enunciado nº 12/CSMP. Portanto, determino a baixa dos autos à Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público para remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem, para a adoção das providências cabíveis, a fim de que notifique o Conselho de Segurança de Corumbá e Ladário para providenciar o registro no “Cadastro de Entidades Beneficiárias de TAC”, no site do Ministério Público Estadual, para posterior análise por este Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do voto da Relatora.

13. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002108-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Bento de Almeida Ferreira, Alcy Alves Ferreira e Olívo Alves Ferreira

Assunto: Acompanhar o cumprimento de compromisso de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 25/2008.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para que o órgão de execução adote as providências cabíveis, visando a reparação da área degradada, nos termos do voto da Relatora.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000360-8

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar situação de risco de idosos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - IDOSOS - APURAR EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO VIVENCIADA POR IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS NO ASILO CRISTÃO DE PONTA PORÃ - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que os idosos institucionalizados no Asilo Cristão Ponta Porã são tratados adequadamente, estando devidamente preservados seus direitos fundamentais.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000897-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar nepotismo.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PATRIMÔNIO PÚBLICO COMARCA DE PARANAÍBA - APURAR EVENTUAL NEPOTISMO NA NOMEAÇÃO DA ESPOSA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - NÃO CONSTATAÇÃO DE NEPOTISMO CRUZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Comprovação da regularidade da nomeação de cônjuge do Presidente da Câmara Municipal para exercer cargo na Secretaria Municipal de Saúde. Ausência de designações recíprocas com parentes do Prefeito. Nepotismo cruzado não configurado. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

3. Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001935-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Fiscalizar o cronograma de execução das obras do Loteamento "Jardim Califórnia", pertencente à Empresa Luhavel Empreendimentos Imobiliários.

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – PATRIMÔNIO PÚBLICO COMARCA DE PARANAÍBA - FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DO LOTEAMENTO "JARDIM CALIFÓRNIA", PERTENCENTE À EMPRESA LUHAVAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - INADEQUAÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ARTIGO 7º, § 5º, DA RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2012 - NÃO CONHECIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - DEVOLUÇÃO DO PROCEDIMENTO À COMARCA DE ORIGEM PARA ARQUIVAMENTO NO PRÓPRIO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. Não conhecimento da promoção de arquivamento de procedimento administrativo instaurado para fiscalizar a execução das obras de loteamento, em que não houve recurso do arquivamento. O Conselho Superior do Ministério Público somente apreciará a promoção de arquivamento de procedimento administrativo quando houver recurso do arquivamento, consoante disposto no artigo 7º, §6º, da Resolução nº 005/CPJ/2012. Retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que o procedimento administrativo seja arquivado no próprio órgão de execução, nos termos do artigo 7º, §5º, da Resolução nº 005/CPJ/2012.

Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pelo não conhecimento da promoção de arquivamento do procedimento administrativo, determinando a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem para ser arquivado no próprio órgão de execução, com fundamento no artigo 7º, §5º, da Resolução 005/CPJ/2012, de 13 de setembro de 2012, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 17-A/2014

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual negligência por parte da Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba no atendimento ao público.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PARANAÍBA/MS – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL CONDUTA NEGLIGENTE DOS PROFISSIONAIS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PARANAÍBA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Após instrução, verificou-se que não houve conduta omissiva de servidores da Santa Casa no atendimento da paciente Alzira Alves de Brito, inexistindo irregularidades aptas a configurar ato de improbidade administrativa. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 8/2016

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de infração administrativa consistente na realização do evento denominado “Rocha & Muniz Niver Fest”, no dia 15 de novembro de 2016, em um sítio localizado na estrada do uerê, aproximadamente um quilômetro da cidade, no qual houve a comercialização de convites e presença de menores, e que tal evento teria ocorrido de forma clandestina, isto é, sem alvará da Vara da Infância e de Juventude, autorizando o ingresso e a permanência de menores, bem como sem a comunicação e autorização às autoridades responsáveis pela segurança pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BATAGUASSU – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR EVENTUAL SITUAÇÃO DE RISCO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO EVENTO DENOMINADO “ROCHA & MUNIZ NIVER FEST”– IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquivamento justificado. Não constatação de irregularidades no evento denominado “Rocha & Muniz Niver Fest”, realizado sem fins lucrativos para comemoração de aniversário dos organizadores. Informação da Polícia Civil e do Conselho Tutelar de que não houve intercorrências no local. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 7/2017

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerentes: Ministério Público Estadual/Ouvidoria

Requerido: Município de Bonito/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, durante o recebimento de imóvel em dação em pagamento, por valor abaixo do mercado, por parte do município de Bonito/MS, em execução fiscal movida em desfavor de Maria Nunes Rondão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO – PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM DECORRÊNCIA DE RECEBIMENTO DE IMÓVEL EM DAÇÃO EM PAGAMENTO POR VALOR INFERIOR AO DE MERCADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA – REGULARIDADE DO VALOR DO IMÓVEL. Arquivamento justificado. Comprovou-se nos autos que o valor atribuído ao imóvel dado ao município de Bonito/MS em dação em pagamento corresponde ao real valor de mercado. Ausência de prejuízo ao erário (artigo 10 da Lei 8.429/92) e conduta dolosa para a tipificação dos atos de improbidade descritos nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000538-3

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade em nomeação de policial militar.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE CAMPO GRANDE - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM VIRTUDE DE NOMEAÇÃO DE CAPITÃO PARA O CARGO DE ASSISTENTE DO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA IRREGULARIDADES SANADAS EXONERAÇÃO DA FUNÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, mediante comprovação de que a Polícia Militar exonerou policial que não possuía patente para ocupar o cargo de Assistente do Comandante-Geral, sanando as irregularidades inicialmente constatadas.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.0000807-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidade em licitação.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS - PATRIMÔNIO PÚBLICO – APURAR IRREGULARIDADE NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DO CANTOR “KOIOTY É MUITA LUXÚRIA” PELO MUNICÍPIO DE DEODÁPOLIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADA - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADO. O município de Deodápolis/MS cumpriu a recomendação ministerial mediante revogação do procedimento licitatório sem a celebração de contrato com o cantor “Koioty é Muita Luxúria”. Irregularidades sanadas. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Campo Grande, 6 de fevereiro de 2018.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO
Procuradora de Justiça
Secretária Substituta do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 29/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0099/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- L. E ROJAS CUNHA – ME, representada pela Sra. Letícia Élen Rojas Cunha.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de água mineral (20 litros), para atender a Promotoria de Justiça de Ponta Porã – MS.

Valor estimado mensal: R\$300,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000211, de 15.01.2018.

Vigência: 17.01.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2018.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 22/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/0069/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2- Tiago Lemos Neitzke 01440350140, representada por Tiago Lemos Neitzke.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Prestação de serviços de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul – MS.

Valor estimado mensal: R\$170,00, nos termos da Nota de Empenho 2018NE000129, de 11.01.2018.

Vigência: 16.01.2018 a 31.12.2018

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2018.

REPUBLICAÇÃO, POR INCORREÇÃO, DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/PGJ/2016, PUBLICADO NO DOMP Nº 1644 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 71/PGJ/2016

Processo PGJ/10/3895/2016.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO DE DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva.

2 – BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, representada por Jorge Sukarie Neto.

Amparo Legal: Art. 57, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93.

Objeto: prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses e reajuste do valor contrato pela variação do IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

Valor estimado mensal: R\$ 134.852,40.

Vigência: 15.12.2017 a 14.12.2018.

Data de assinatura: 12.12.2017.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0006/2018/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002381-5

Requerente: 15º Batalhão de Polícia Militar Ambiental

Requerido: Rafael Gonçalves de Souza

Objeto(s): apurar a degradação ambiental de área de preservação permanente, representada pela remoção de árvores e da modificação de curso d'água, na Fazenda São Paulo, situada na BR 163, KM 430, em Campo Grande-MS.

Campo Grande, 05 de fevereiro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA
Promotor de Justiça

CORUMBÁ

EDITAL 0012/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000310-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00000310-1 em conversão do formato físico do Inquérito Civil 018/2016 para o digital, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara Municipal de Corumbá

Assunto: Apurar a existência de irregularidades no pagamento dos servidores da Câmara Municipal de Corumbá, sobretudo o caso da servidora comissionada que teria recebido a título de vencimentos em único mês a importância de R\$ 32.000,00. (Inquérito Civil 018/2016 - 193 folhas)

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL 0013/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2018.00000293-5

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Inquérito Civil 06.2018.00000293-5, em conversão do Inquérito Civil 014/2017 para o formato digital, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alves & Benitez Ltda. ME.

Assunto: Apurar a ocorrência de fraude no processo licitatório para a contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem e limpeza dos veículos oficiais da Prefeitura de Ladário/MS e suas Secretarias, Processo Administrativo 019/2016, Pregão 005/2016, diante de possível utilização de certidão falsa na fase de habilitação do certame pela empresa Alvez & Benitez LTDA ME.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL 0014/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001343-9

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração, por meio de conversão, do

Inquérito Civil 06.2017.00001343-9, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Idalício Costa de Souza

Requeridos: Valtencyr Teixeira de Carvalho e Sara Regina Santos de Almeida; Dejailton Henrique Assad e Felipe de Melo Trindade; Antoninha Soares Guimarães e Rodrigo Silva de Arruda; Nereu Rodrigues dos Santos Eder Wilson Souza dos Santos

Assunto: Apurar possível configuração de nepotismo entre as seguintes pessoas ocupantes de cargos públicos no Município de Ladário-MS: Valtencyr Teixeira de Carvalho e Sara Regina Santos de Almeida; Dejailton Henrique Assad e Felipe de Melo Trindade; Antoninha Soares Guimarães e Rodrigo Silva de Arruda; Nereu Rodrigues dos Santos e Eder Wilson Souza dos Santos.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL 0015/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração, por meio de conversão, do Inquérito Civil 06.2017.00001074-2, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente:Waldely Andrade Sales

Requeridos: Município de Corumbá e Empresa Viação Canarinho Ltda.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na execução do serviços de transporte intermunicipal prestado pela Empresa Viação Canarinho LTDA aos servidores da Secretaria de Educação de Corumbá e as providências tomadas pela Administração Pública Municipal.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL 0016/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001073-1

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração, por meio de conversão, do Inquérito Civil 06.2017.00001073-1, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente:Simone da Silva Souza Corrêa

Requeridos: Empresa CFC Tokyo – Centro de Formação de Condutores Montiel

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos dos consumidores desta Comarca pela empresa CFC TOKYO - Centro de Formação de Condutores Montiel, que teria deixado de prestar os serviços que foram contratados, sem a devida restituição dos valores pagos.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE
Promotor de Justiça

EDITAL 0017/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001012-0

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração, por meio de conversão, do Inquérito Civil 06.2017.00001012-0, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Procuradoria-Geral do município de Corumbá

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na execução do programa de regularização fundiária urbana de Corumbá intitulado "Projeto Terreno Legal", regulamentado pela Lei Municipal nº 2.501/2015.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

EDITAL 0018/2018/05PJ/CBA

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00001009-7

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração, por meio de conversão, do Inquérito Civil 06.2017.00001009-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: "MENTE ATIVA EDUCAÇÃO CORPORATIVA" LTDA-ME.

Assunto: Apurar eventual fraude contra consumidores na realização de procedimento seletivo pela empresa "MENTE ATIVA EDUCAÇÃO CORPORATIVA" LTDA-ME.

Corumbá/MS, 01 de fevereiro de 2018.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 002/2018/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2018.00000358-9, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2018.00000358-9.

Requerente: Elito Rodrigues Fernandes

Requerido: Prefeitura Municipal de Figueirão - MS

Assunto: "Apurar irregularidades no Pregão Presencial 01/2018, Processo Administrativo 1.474/2017, que tem por objetivo a contratação de empresa para transporte escolar no Município de Figueirão (MS), especificamente sobre favorecimento e inabilitação de concorrentes, bem como sobre a revogação do certame".

Camapuã - MS, 06 de fevereiro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça Substituto

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 02/1ª PJ/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000296-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Chapadão do Sul/MS.

Assunto: Apurar eventuais ilegalidades no Processo Licitatório nº 003/2016 e na execução do Contrato Administrativo 004/2016, ambos da Câmara Municipal de Chapadão do Sul/MS.

Chapadão do Sul/MS, 05 de fevereiro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

FÁTIMA DO SUL

EDITAL Nº. 03/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001366-1 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001366-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001366-1

Requerente: Jacira Dias da Silva, Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Vicentina, José da Silva Machado, Hélio Toshiiti Sato.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na alienação de terrenos de domínio público do Município de Vicentina para particulares, sobretudo para parentes do ex-prefeito municipal, Hélio Toshiiti Sato, bem como para o irmão do vereador José da Silva Machado 'Duda'.

Fátima do Sul-MS, 26 de janeiro de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº. 04/2018

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00001363-9 no Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001363-9, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Ipiranga, n. 810, Jardim Ipiranga, em Fátima do Sul-MS, Fone (67) 3467-3421.

Inquérito Civil Público n. 06.2017.00001363-9

Requerente: Cleber Dias da Silva

Requerido: Município de Vicentina

Assunto: Apurar eventual irregularidade na doação de terrenos de domínio público do Município de Vicentina para particulares.

Fátima do Sul-MS, 26 de janeiro de 2018.

ROMÃO AVILA MILHAN JUNIOR

Promotor de Justiça

ITAPORÃ

EDITAL N. 01/2018/PJ-ITP

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000187-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Wallas Gonçalves Milfont

Assunto: Apurar eventual injuridicidade (possível superfaturamento) na contratação da empresa de engenharia para a execução dos serviços de recuperação da cobertura da Escola Municipal Maria Timira dos Santos Borba-Itaporã/MS.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

MARACAJU

EDITAL N°. 0002/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000357-8.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Dimensão Aviação Agrícola Ltda.

Assunto: Apurar a responsabilidade civil da empresa Dimensão Aviação Agrícola LTDA, haja vista as informações prestadas IBAMA acerca da aplicação de agrotóxicos em desacordo com as recomendações do fabricante.

Maracaju-MS, 05 de fevereiro de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL N°. 0003/2018/02PJ/MCJ

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000364-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Christiane Rosa Corrêa Barbosa e Adriano Rosa Barbosa.

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Morro Alto, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil dos requeridos, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

Maracaju-MS, 05 de fevereiro de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça

SÃO GABRIEL DO OESTE

EDITAL Nº 002/2018/1.ªPJSGO

A 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n. 06.2017.00000898-0 em inquérito civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000898-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: apurar possível irregularidade em contrato firmado pelo Município de São Gabriel do Oeste, no âmbito do SFH programa carta de crédito associativa FGTS MCMV empreitada global (contrato n. 855553789819), para financiamento de imóveis pela Caixa Econômica Federal.

São Gabriel do Oeste/MS, 1º de fevereiro de 2018.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 003/2018/1.ªPJSGO

A 1.ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00000048-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, 1745, Centro, em São Gabriel do Oeste/MS.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000048-1

Requerente: Sindicato dos Produtores Rurais do Município de São Gabriel do Oeste.

Requerido: Empresa Energisa – concessionária de energia elétrica.

Assunto: apurar representação dando conta da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica aos consumidores produtores rurais do Município de São Gabriel do Oeste, consubstanciada na frequente interrupção dos serviços e consequente demora em seu restabelecimento.

São Gabriel do Oeste/MS, 1º de fevereiro de 2018.

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0001/2018/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS

Inquérito Civil nº: 06.2018.00000238-0

Requerente: Paula Vogarim Torres

Requerido: Vanderlei dos Santos Nascimento

Assunto: Apurar a responsabilidade e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais eventualmente necessárias decorrentes da poluição sonora produzida pelo estabelecimento comercial denominado KBCEIRA BAR.

Glória de Dourados/MS, 01 de fevereiro de 2018

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça